



ATA Nº 08/2014

Aos 17 (dezesete) dias do mês de outubro de 2014, às 16h, na Sociedade Recreativa e Cultural Roca Salense, no município de Roca Sales/RS, realizou-se assembleia geral ordinária da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT), sob a presidência do prefeito de Arroio do Meio, senhor Sidnei Eckert (PMDB). Estiveram presentes os prefeitos de Arroio do Meio, Dois Lajeados, Roca Sales, Progresso, Cruzeiro do Sul, Pouso Novo, Boqueirão do Leão, Taquari, Muçum, Colinas e Estrela; os vice-prefeitos de Marques de Souza e Venâncio Aires, secretários e dirigentes municipais de Defesa Civil. O presidente deu início aos trabalhos saudando os presentes e em seguida passou a palavra ao anfitrião, prefeito Nélio Vuaden, que desejou boas vindas a todos e convidou-os para a abertura da Oktober Freund Fest. Na continuidade o vice-presidente do Conselho dos Dirigentes Municipais do Meio Ambiente (Condimma), Hilário Eidelwein falou sobre os assuntos que estão sendo discutidos pelo órgão. Destacou a nova Resolução do Consema, publicada no Diário Oficial de 3 de outubro, que traz algumas vantagens para os municípios. A norma ampliou as áreas a serem licenciadas pelas prefeituras, mas existe uma discussão, segundo ele, de como será feita a compensação aos municípios. A Resolução estabelece também que toda anuência em área de APP deve ser solicitada ao Defap. No entanto, a proposta dos dirigentes, conforme Eidelwein, é que as regularizações sejam informadas, sem necessidade de anuência do Defap, o que seria feito somente nos casos de novos projetos. O secretário informou, ainda, que o Condimma também está rediscutindo a questão do Corredor Ecológico. Questionado pelo prefeito de Anta Gorda sobre valores das taxas e se há um parâmetro regional, ele informou que a ideia dos dirigentes é pegar a tabela e adequá-la à realidade local. Ressaltou que devem ocorrer ainda alterações nas legislações municipais, tendo em vista alterações que ocorreram. A proposta é, numa próxima reunião dos dirigentes, trabalhar a questão dos valores das taxas, já que precisa ser aprovado pelas Câmaras de Vereadores para poderem ser cobradas no próximo ano. Prosseguindo os trabalhos o presidente informou assuntos que estão sendo tratados pela Famurs, como a fiscalização das receitas por parte do Tribunal de Contas do Estado; a situação do Instituto de Saúde dos Servidores Municipais (ISAM); a possibilidade de isenção de ICMS de máquinas e equipamentos pelo Estado às prefeituras, cujo projeto deve ser encaminhado à Assembleia Legislativa, e a cobrança em cartório dos contribuintes em Dívida Ativa. Conforme o presidente, a cobrança judicial tem um custo muito elevado, além de sobrecarregar ainda mais o Judiciário. Eckert acredita que, com o tempo, esta maneira de cobrança vai acontecer, o que está sendo estudado pela Famurs. Na continuidade da assembleia ocorreu a participação do diretor da Sala de Monitoramento da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, João Manoel Trindade, e Marcos Massari, da Somar Meteorologia, que apresentaram projeto de instalação de radar meteorológico para uso em modelos de prevenção de cheias. Segundo Trindade, o equipamento está em testes em São Paulo. O radar, instalado no Vale, atenderia várias bacias hidrográficas e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente tem intenção de participar do projeto, já tendo alocado recursos no orçamento de 2015 para cobrir parte dos custos, principalmente de manutenção. No entanto, segundo ele, e este foi o pedido aos prefeitos, é preciso mobilização no sentido de buscar verbas federais para a instalação do equipamento. Já o

representante da Somar ressaltou que a empresa opera 24 horas por dia, sete dias por semana, e hoje atende uma gama de clientes que vai desde fazendas até empresas e comunicação. O projeto para o Rio Grande do Sul propõe trabalhar com radares de Banda X, cujo preço e manutenção não são tão elevados. O radar monitoraria toda a bacia, conseguindo ver com detalhes o quanto de chuva ocorre, por exemplo, nas nascentes dos rios. No caso da bacia hidrográfica do Taquari-Antas, o equipamento trabalharia num raio de 130 quilômetros e deveria ser instalado num local apropriado, com energia e sinal de internet. A idéia, conforme ele, é mapear as áreas de risco de toda a bacia. Encerrada esta participação ocorreu manifestação do vice-prefeito de Venâncio Aires, Giovani Wickert que concorreu a deputado estadual na última eleição. “Mesmo não sendo eleito, nosso compromisso é o mesmo. Temos a responsabilidade ainda maior de sermos parceiros dos prefeitos”, destacou. Prosseguindo os trabalhos foi discutida a situação das construções ao longo das rodovias, especialmente em relação às que estão localizadas em áreas não edificáveis. O cumprimento de lei federal, que determina que junto às rodovias, além da faixa de domínio seja respeitada uma faixa não edificante de 15 metros, tem preocupado os prefeitos. Ocorre que um decreto estadual havia reduzido a área para 4 metros, o que está criando problemas para os municípios, tendo em vista inúmeras situações já consolidadas. Por decisão judicial o decreto não pode mais ser aplicado, sendo exigido, a partir de agora, o mínimo de 15 metros. O assunto foi tratado com o diretor técnico da Empresa Gaúcha de Rodovias, Manoel Freitas, e com a gerente de Faixas de Domínio da empresa, arquiteta Giovana Becker. Segundo eles, a EGR tem que seguir o que determina a lei federal. “É uma situação atípica, que ocorreu aqui (no Rio Grande do Sul). A lei exigiu, mas não foi respeitada”, observou Giovana, lembrando que a norma que regula a situação é de 1979. “Os quatro metros era um erro. Havia um decreto estadual, que não rege a lei federal”, acrescentou o diretor Manoel Freitas. O vice-prefeito de Venâncio Aires, Giovani Wickert, diante de inúmeras situações já consolidadas em toda a região, sugeriu que fosse reduzida a área da faixa de domínio das rodovias administradas pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer). A proposta, conforme os representantes da EGR, que já analisa o caso de alguns municípios, está sendo estudada tecnicamente, nas estradas sob sua responsabilidade, como é o caso das ERSs 129 e 130 e a RSC-453. Para Wickert, se não houver uma mudança deverão ocorrer ações judiciais por parte dos proprietários de áreas que hoje estão impedidos de construir ou ampliar empreendimentos. “Vamos estancar o desenvolvimento”, ponderou. Em relação a rodovias federais, situação enfrentada pelo município de Fazenda Vilanova, o prefeito Pedro Dornelles informou ter municipalizado um quilômetro de cada lado da BR-386, nas estradas secundárias. O projeto foi encaminhado ao Dnit para apreciação e, se for aprovado pelo órgão, caberá ao município a sua manutenção. No espaço destinado a assuntos gerais o prefeito de Progresso, Edegar Cerbaro, sugeriu uma visita à primeira usina de biogás do Sul do Brasil, que começou a funcionar em Itajaí. Frisou que a região deve se unir para a busca de uma solução para o lixo, frisando que o consórcio do G-8, por exemplo, obteve R\$ 5 milhões do governo federal para a implantação de uma Central de Resíduos, que ficará localizada em Progresso. O complexo será administrado pelo Consórcio e o lixo orgânico irá para compostagem, sendo transportado para Minas do Leão somente o que não tiver qualquer utilidade. Não foi definida data e local para a assembleia do mês de novembro, o que será feito posteriormente. Nada mais havendo a tratar, o presidente passou a palavra ao



prefeito Nélio Vuaden, que agradeceu a presença de todos. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

**Prefeito Sidnei Eckert,
Presidente da AMVAT**